

O que dizem os profissionais da atenção primária sobre o aborto legal no Brasil?

Fernanda Copetti Müller²
Isabela Naves Conciani¹
Marcos Claudio Signorelli⁶
Victória de BiassioKlepa³
Sabrina Stefanello⁴
Taysa Schiocchet⁵

1-6 Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail para correspondência: isabela.conciani@gmail.com

Introdução

A Organização Mundial de Saúde¹ recomenda que o aborto legal seja ofertado em serviços facilmente acessíveis e disponíveis, integrados ao sistema de saúde, e destaca o papel da APS para este fim, considerando a segurança, conveniência e os custos reduzidos dos serviços ambulatoriais.

Objetivos

Entender o papel dos profissionais da saúde da atenção primária no exercício dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e, especialmente, no acesso ao aborto legal por meninas e mulheres usuárias do SUS.

Metodologia

Optamos neste estudo pela realização de um estudo ecológico qualitativo por meio de entrevistas semiestruturadas. Isto se deve à intenção não de identificar ou quantificar o fenômeno estudado, mas de compreender o significado do processo para o indivíduo entrevistado ou para a coletividade².

Resultados

Realizamos 12 entrevistas, maior parte dos participantes se mostrou a favor da descriminalização do aborto e acreditam que a pesquisa é muito importante para aumentar o debate e conscientização sobre o tema. Profissionais da APS afirmam ter pouco ou nenhum contato com casos de aborto legal?. Afirmam dificuldade em falar sobre o assunto com pacientes e colegas de trabalho por perceberem o tema como tabu moral e religioso. Profissionais notam a dificuldade das pessoas em situação de violência em perceberem que estão sofrendo violência, pois a maioria dos casos da APS é de violência marital ou meninas menores de 14 anos que estão em relacionamento com homens maiores de 18 anos.

Conclusão

Apesar das recomendações de protocolos internacionais, percebemos que no Brasil a APS tem baixíssima atuação em promover o acesso ao aborto legal e também em atender casos



emergenciais de violência. Talvez isso ocorra devido a organização da rede de atenção à saúde, proximidade das usuárias com a equipe ou falta de conhecimento das equipes.

Palavras-chave : Aborto, Atenção primária à Saúde, Direitos sexuais e reprodutivos, Sistema Único de Saúde, Mulheres, Aborto legal .

Referências

- 1 Organization WH. *Abortion Care Guideline*. World Health Organization; 2022.
- 2 Onocko Campos RT, Furtado JP. Narrativas: utilização na pesquisa qualitativa em saúde. *Rev Saúde Pública*. Dezembro de 2008; 42(6):1090-6.

